

EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 50 REPRESENTADA NO JORNAL TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS – IRATI-PR

EDUCATION IN THE 1950'S DECADE REPRESENTED IN THE NEWSPAPER TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS DE IRATI-PR

Maria Isabel Moura Nascimento¹, Claudia Maria Petchak Zanlorenzi²

Recebido para publicação em 03/09/07

Aceito para publicação em 19/09/07

RESUMO

O presente texto é parte integrante de uma pesquisada realizada ao Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o título “Estado, Ideologia e Educação no jornal Tribuna dos Municípios de Irati-PR (1954-1959). Retratará, especificamente, sobre a educação na década de 1950, exposta pelo jornal pesquisado, com o objetivo de analisar quais eram os interesses e temas que se colocavam no contexto mais amplo e seus reflexos no contexto local. Temas que faziam parte do contexto educacional da época, como analfabetismo, educação profissional, professores, educação privada e pública, comentados nos artigos do jornal, serão discutidos, analisando a relação entre o Estado e a Educação e os interesses ideológicos.

Palavras-chave: Educação, imprensa, Estado, ideologia

ABSTRACT

This text contains part of a research conducted on the Masters in Education Program, at the University State of Ponta Grossa, with the title “State, Ideology and Education in the Newspaper” Tribuna dos Municípios de Irati-PR (1954-1959)”. It aims at portraying especially the education in the 1950's decade that was exposed in the newspaper researched; it has the objective of analyzing which were the interests and themes that were put in wider contexts and their reflexes in the local context. Some themes were part of the educational context of de time studied: like illiteracy, professional education, teachers, private education and public education, which were commented in the newspaper's articles, it will also be discussed and analyzed the relationship between the State and the Education as well as their ideological interests.

Key words: Education, Press, State, Ideology

¹ Professora da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Coordenadora do HISTEDBR de Campos Gerais (PR).

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). e-mail: aecmari@gmail.com

O presente texto é parte integrante de uma pesquisada realizada ao Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o título “Estado, Ideologia e Educação no jornal *Tribuna dos Municípios de Irati-PR* (1954-1959).

Retratará, especificamente, sobre a educação na década de 1950, exposta pelo jornal pesquisado, com o objetivo de analisar quais eram os interesses e temas que se colocavam no contexto mais amplo e seus reflexos no contexto local.

Localizado no centro sul do Paraná, Irati teve sua povoação iniciada em 1830. Entretanto, é no início da República que a sociedade, na região, começa a ser estruturada e organizada, principalmente, com a vinda dos primeiros imigrantes holandeses, italianos, poloneses e ucranianos e com a construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande.

As idéias capitalistas de modernização do início do Século XX, que começavam a tomar forma no Brasil, estavam intimamente ligadas ao povoamento e a melhoria do país, entre estas melhorias almejava-se o progresso através dos transportes, mais precisamente através do trem. Novas estradas de ferro foram sendo feitas, permitindo a ligação das áreas rurais com os grandes centros.

[...] qualquer pessoa que chegasse às cidades paranaenses no período da Primeira República encontraria, em maior ou menor grau alguns signos da então moderna tecnologia [...]. Nesse contexto, o trem foi um arauto do progresso. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 66)

Irati, então teria sua formação ao redor da ferrovia São Paulo - Rio Grande controlada pela Brazil Railway Company, responsável também por outras estradas de ferro no país, e no Paraná ocupada com interesse de “[...] explorar a madeira das regiões dos Rios Iguaçu e Paraná.” (IDEM, 2001, p. 67)

A construção dessa estrada de ferro influenciou de forma significativa a economia de Irati, a sua formação urbana, diversificando as atividades econômicas, tornando-se também centro de decisões políticas, até

ser elevado a município em 1907.

Na década de 1950, Irati exercia, politicamente e comercialmente, influências em outros municípios menores, dado que possuía um comércio atuante e as melhores escolas privadas da região. Contava com uma população³ de 25.491 habitantes, sendo que destes 69% residiam na área rural e em sua maioria eram descendentes de imigrantes.

Nessa década, foi fundado o jornal *Tribuna dos Municípios*, de Irati-PR, que apesar de não ser um jornal específico da área educacional, ou seja, um periódico educacional, trazia em cada publicação vários artigos, notícias e anúncios que tratam o tema, isso porque era o meio de informação da época. Foi fundado em 24 de maio de 1954, pelo senhor Antonio Lopes⁴ Júnior e teve suas atividades encerradas em 21 de maio de 1978, após o falecimento do seu proprietário.

A imprensa, nesse período, passa por grandes transformações, dado a influência do jornalismo norte-americano e principalmente a influência do capitalismo. De imprensa opinativa passa a imprensa informativa, e esta usufruindo dos bens industriais que a modernidade passa a proporcionar ao cotidiano das pessoas, adota práticas, especialmente publicitárias, demonstrando que o sistema capitalista e o consumismo eram capazes de promover o bem estar. Entretanto, esse fato estendia-se apenas às grandes cidades, no qual a expansão da indústria já era uma realidade. O interior do país, baseado na economia agrícola, continuava aquém desta modernidade, mas ao mesmo tempo, reproduzia os valores impostos pela classe dominante, como por exemplo, a educação que era pensada a partir dos interesses deste grupo.

Em relação à educação, em 1956, funcionavam no município de Irati, 57 unidades de ensino primário fundamental, com matrícula de 3.505 alunos. Esses estabelecimentos de ensino elementar eram mantidos pelo Estado, todavia também havia estabelecimentos de ensino extraprimário de iniciativa privada: O Ginásio São Vicente de Paulo, mantido pela congregação de Padres Lazaristas, o Ginásio Nossa Senhora das

³ Os dados sobre o Município foram retirados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1959.

⁴ Natural de Irati, Antonio Lopes Júnior, era Bacharel em Direito, contador, vereador, deputado estadual, fundador e professor do Colégio Irati e Escola Técnica de Comércio Iratiense.

Graças, com uma escola Normal, mantido por irmãs Vicentinas e o Ginásio Irati, com uma escola Técnica de Comércio e uma escola Normal.

Nessa década no país, o ensino elementar, em relação às matrículas, teve um aumento na sua ampliação⁵, porém o analfabetismo era ainda uma realidade nacional, como podemos observar em Irati que contava com 21.513 pessoas de cinco ou mais anos, destas 12.728 sabiam ler e escrever. Numa época, em que todas as intervenções educacionais do Estado estavam voltadas ao ensino secundário em consonância ao momento de busca pelo desenvolvimento da mão-de-obra a serviço das indústrias, enfim ao capitalismo, a alfabetização ainda era uma questão a ser resolvida.

Esse panorama geral do município, contendo dados sobre a sua estrutura, pode ser observado no artigo da primeira edição⁶, na qual o jornal faz a sua apresentação e retrata dados sobre a educação em Irati:

O conceito de educação é bastante vasto e não deve ser interpretado vulgarmente no sentido pedantesco de impor princípios e ditar regras. Educar é fazer compreender, é normalizar atividades dispersas, é disciplinar forças subordinando-as a uma finalidade moral. Faz-se mistér na vida de todos os municípios progressistas, órgãos de imprensa que sintonizem tôdas as suas energias, que ascoltem todos os seus problemas, que faça público e defenda todos os seus interesses. Iratí é uma cidade que está crescendo. A existência de três ginásios, um colégio científico, uma escola técnica de comércio, duas escolas normais, de um jornal de tradições como “Correio do Sul”, cuja a existência data de 1935, sob o labor intenso e patriótico de Gumercindo Esculápio e Jorge Garzuze, provam o apreciável nível intelectual da cidade.”Tribuna dos Municípios” vem colaborar pela elevação cultural de Iratí e batalhar com ardor, pelos municípios do interior que vivem, longe do cimento armado, com falta de tudo o que sobeja nas grandes ci-

dades.

O jornal *Tribuna dos Municípios*, conforme caracterização do texto acima, coloca-se, como o próprio termo *tribuna* se refere, um órgão de imprensa defensor dos interesses públicos. Não apenas do município de Irati, mas também dos municípios da região⁷, dado que estes, igualmente, sofriam o descaso e as conseqüências da centralização política nas mãos do Estado. O municipalismo era um tema abordado já naquela época e o jornal, denunciando a importância da autonomia dos municípios, coloca-se a favor deste e contra a concentração de riquezas nos grandes centros.

Nesta época em que se fala muito em municipalismo, mas que pouco se entende disso, ou pouco se pratica de verdadeiro, municipalismo, queremos ser o porta voz fiel de todas as pequenas cidades que sofrem como nós os mesmos sofrimentos, que têm como nós, problemas idênticos que exigem solução imediata, para que se possa construir sob alicerces fortes, o Brasil forte que tanto sonhamos. Enquanto os municípios forem pobres, não poderemos pensar na realização da riqueza do país. Dentro de suas finalidades “Tribuna dos Municípios” se propõe a ventilar e estudar publicamente a vida bastante complexa dos municípios. Para isso as portas de sua redação acham-se abertas a todos os de boa vontade e para todos os estudiosos que queiram colaborar conosco nesta grande empreitada, de proclamar os direitos dos municípios para a grandeza do Paraná e felicidade do Brasil. (Tribuna dos Municípios 24-05-1954)

Além de demonstrar as características da cidade, nessa década, o periódico *Tribuna dos Municípios* deixa claro, já na primeira edição, seu posicionamento ideológico conservador em relação à educação, a qual cabia a preparação do homem de acordo com sua posição social, a fim de que desempenhasse suas

⁵ Em 1950 a 1961 o número de matrículas na 1ª série do Ensino Primário era de 2.458.702, e da 2ª série de 1950 a 1961 era de 946.220. Já de 1955 a 1966 o número aumentou para 3.157.680 na 1ª série e 1.257.915, na 2ª série. (ROMANELLI, 2005, p.89)

⁶ As reportagens do jornal estão digitadas na íntegra.

⁷ Irati faz divisa com os seguintes municípios: Imbituva, Fernandes Pinheiro (na época pertencente a Teixeira Soares), Prudentópolis, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul.

funções de cidadão e desenvolvesse seu senso de moralidade, enfim a formação de um bom caráter.

Esse discurso ideológico, que freqüentemente permeava os textos do jornal, é centrado em valores morais como religiosidade, bem comum, formação do cidadão. A educação coloca-se com a missão de conter as ameaças da ordem social, entre elas a ignorância do povo. Discurso este embasado no idealismo de Hegel, no qual diz que “as idéias, pensamentos e conceitos produziram, determinaram e dominaram a vida real dos homens, o seu mundo material, as suas relações reais.” (MARX, 1979, p.9) Sendo assim, a educação teria o papel de cura da ignorância, do mal intelectual, enfim, da disseminação da ideologia liberal e este discurso, bem como outros, baseavam-se nos interesses dos grupos sociais.

A educação, no jornal Tribuna dos Municípios, foi um assunto amplamente debatido em artigos e notícias, os quais evidenciavam as suas idéias em relação à concepção destinada a ela e sua ligação com a moralidade, enfim, com o pensamento conservador.

É errado pensar que instrução e educação são a mesma coisa. Na verdade, toda pessoa instruída deveria ser educada. Entretanto, isso que deveria ser regra, passou, nos tempos modernos, a ser exceção. É comum encontramos alguém semi alfabetizado, residindo nas colônias, nos pequenos vilarejos, que são incapazes de passar pela frente do outro, sem pedir licença; que tiram o chapéu quando cumprimentam; que cedem o lugar aos mais velhos e às senhoras; que não tratam os amigos rispidamente, que cumprem, finalmente, as regras mais elementares. Educação é um hábito. Por isso temos que nos habituar, a começar dentro da nossa própria casa, à prática das boas maneiras no trato com o nosso próximo. (Tribuna dos Municípios, 07-08-1954)

Ao propor o ensino de moral e cívica, o texto do jornal transmite a idéia que esse ensino possibilitaria auxiliar na educação da juventude, tão influenciada pelos “tempos modernos”. Porém a visão mais crítica da sociedade e da influência do capitalismo não ia além do enaltecimento das boas maneiras e de apologia ao conformismo.

Em contrapartida, a ideologia do Estado burgu-

ês ficava evidente nos currículos, na metodologia, nas reformas educacionais baseados na cultura e nos padrões da classe dominante. Assim, conforme os interesses do Estado, direcionava-se a orientação política educacional capitalista de maior contingente de mão-de-obra para novas funções abertas pelo mercado, no qual

[...] representa, portanto, sob o capitalismo, uma arma poderosa de mistificação e de conservação entre as mãos da classe capitalista. Tem tendência para dar aos jovens uma educação que os torna leais e resignados ao sistema actual, e os impede de descobrir as suas contradições internas. (MARX, 1978, p. 37)

O Estado, mesmo com o discurso liberal de democratização e igualdade de oportunidade, a partir das inovações pedagógicas e de forma dissimulada, perpetua a hegemonia da classe dominante através da educação, em conformidade aos ditames da realidade econômica, contribuindo para a divisão de classes, pois tal qualificação da mão de obra representaria nada além do que uma melhora dentro da própria classe.

Para a maioria, que só nos interessa numa visão de classe, o ensino apenas reproduz para o futuro as condições de saber e de ignorância, indispensáveis ao bom andamento do capital. [...] A seleção feroz (que explica a angústia e por vezes a revolta nos jovens) é feita por grosso modo a partir da base econômica e não da inteligência, igualmente repartida potencialmente em todas as classes, dispondo as crianças dos ricos de um meio material que as prepara muito naturalmente para a ideologia e as reações “dominantes”, e as pobres vivendo no estado que reproduz a pobreza, não condizendo as suas condições com o que lhes é ensinado na escola. (Idem, p.38)

É na condição de divisão de classes que está a existência da ideologia e a separação entre trabalho material e intelectual, enfim entre a teoria e prática. É esta ideologia que permite colocar o interesse privado como universal e, conseqüentemente, a dominação como consenso.

A divisão do trabalho só se torna efetivamente

divisão a partir do instante em que se instaura uma divisão do trabalho material e do intelectual⁸. A partir desse instante a consciência pode efetivamente imaginar que é algo outro do que a consciência pode efetivamente imaginar que é algo outro do que a consciência da prática existente pode imaginar efetivamente representar algo sem representar algo efetivo – a partir desse instante a consciência está em condições de se emancipar do mundo e passar à formação da “pura” teoria, teologia, filosofia, moral, etc. (MARX In. FERNANDES, 1989, p.198)

É com a desigualdade de conhecimentos que se perpetua a desigualdade social, e a década de 1950 sinaliza tal fato, pois a fim de que fossem conquistadas condições para o desenvolvimento, a educação moldou-se com objetivo de manutenção e reprodução de tal desigualdade. Desenvolvimento esse que se destinava apenas a uma parcela da sociedade. “A educação iluminista, concebida pela burguesia para utilização dos operários, não passa de uma série de receitas morais para ensinar a viver decentemente aqueles que não têm os respectivos meios materiais.” (MARX, 1979, p. 71)

O Estado, nessa época, atrelava a educação às necessidades de institucionalização de uma “educação para o desenvolvimento”, ou seja, ao ensino técnico-profissionalizante, que não deveria ser apenas no ensino médio, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho.

Diante da cobrança das indústrias de uma formação mínima do operariado, surgiu o aparecimento de exigências educacionais, principalmente, em relação à qualificação para o trabalho. A Reforma Capanema⁹, de 1942 - que reformulou o ensino secundário – é um exemplo das ações realizadas pelo Estado nesse aspecto, pois “Uma forma muito apreciada pelos burgueses é a educação, e particularmente, a educação profissional universal.” (MARX, 1979, p. 73)

Inverteu-se o papel da educação colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado, como formadora de mão-de-obra técnica. O Estado, com suas reformas educacionais visava, em primeiro plano, ao ensino profissionalizante, porém como se pode observar, nos textos do periódico, esta realidade restringia-se aos grandes centros.

Há falta de bons profissionais em tôdas as categorias de trabalho. Queixam-se os alfaiates, os barbeiros, os marceneiros e outros a falta de braço.[...] Onde estão as escolas profissionais para se descobrir vocações e encaminhá-las? Onde estão os homens públicos nesta hora de angustias? Que pensam e que fazem os responsáveis pelos destinos da Nação?... Passeiam. Vão a banquete e festas suntuosas que se sucedem a todo instante. É muito exigente a vida social dos homens públicos. Não há tempo para pensar nessas coisas, para estudar esses problemas. É preciso, porém mudar. Vamos mudar de atitudes! (Tribuna dos Municípios, 21-08-1954)

O poder da influência da ideologia do Estado burguês é visto nesse artigo, no qual o jornal evidencia sua concordância e conformidade em relação às propostas educacionais capitalistas de preparação de mão-de-obra, inclusive denuncia a falta do ensino profissionalizante no município. Ultrapassando somente questões de sobrevivência do próprio periódico, em virtude que não era válido ir contra àquele que regularizava a sua veiculação, manifestando de forma clara, o princípio liberal de recrutamento, segundo a competência individual, ao enaltecer as vocações. Inclusive é denunciado o descaso dos políticos com a falta de empenho desses nas questões sociais, especificamente, a preparação para o mercado de trabalho.

Em contrapartida, já em outro artigo, o jornal relata a sua opinião com relação a concepção de tra-

⁸ Trabalho intelectual – os pensadores, ideólogos ativos que refletem e tiram a sua substância principal da elaboração das ilusões que essa classe tem de si própria; trabalho material – atitude mais passiva e mais receptiva face a esses pensamentos e a essas ilusões, porque são, na realidade, membros ativos da classe de que dispõem de menos tempo para produzirem ilusões e idéias sobre as suas próprias pessoas. (Idem, p. 56)

⁹ Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas Gustavo Capanema começa a serem reformados alguns ramos do ensino. Ainda uma vez o governo preferia conduzir-se para o terreno das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino, como exigia o momento. (ROMANELLI, 2005, p. 154) É decretada a Reforma de Ensino Capanema, relativa ao ensino secundário, refletindo o transplante da ideologia nazifascista já agora na organização escolar brasileira. (RIBEIRO, 1981, p. 122) Trechos do próprio Capanema sobre o ensino secundário indica esta influência: “Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade”. (RIBEIRO, 1981, p. 138)

balho. Como forma de transformação do objeto, a partir de uma atividade livre do indivíduo, denuncia a maneira como o capitalismo e o pensamento liberal vinha desvirtuando a sua função, bem como a visão do homem, colocando-o como mero produto.

Questão social existe não como simples palavra, mas como trágica realidade. Traduz aquê complexa de males que atormentam a sociedade com relação ao trabalho. O trabalho em sua justa acepção é a atividade livre e consciente da pessoa humana exercida sobre uma realidade externa. “É transformação de um objeto ao qual imprime o cunho do espírito. É aperfeiçoamento do sujeito a quem permite atualizar as próprias virtualidades físicas, intelectuais e morais”. Arrancado deste centro, desvirtua-se; é sempre tirano, escraviza, quer seja ídolo (socialismo), quer seja mero instrumento de produção (capitalismo). (Tribuna dos Municípios, 27-06-1954)

Estar livre do preceito liberal de meritocracia era a maneira para sanar os males que se colocava na sociedade. A alienação e o desvirtuamento que o capitalismo vinha proporcionando ao homem, só finalizaria com a consciência da própria alienação.

Divinizá-lo para enaltecê-lo, é escravizar o homem sob o jugo de uma tirania humilhante. Degradá-lo à categoria de meio a serviço de uma bem material, é sacrificar no operário, o homem com suas exigências espirituais. A questão social é o fruto do desvirtuamento progressivo do verdadeiro conceito do trabalho. Para apreendê-lo, basta ter os olhos abertos e a consciência livre do preconceito liberal, que teima em negar a própria realidade. Os fatos são por demais concludentes para não nos ferir de pronto a retina [...]. A lei da justiça que devia regular as relações sociais, foi substituída pela lei de Nietzsche: “Vence o mais forte”. (Tribuna dos Municípios, 27-06-1954)

As mudanças nos costumes da sociedade, entre eles o consumismo, que reforça a reprodução dos meios de produção, fica evidente nesse artigo. Apesar de referir-se à inversão do papel do homem em relação ao trabalho, de dominador a dominado, caracteri-

za esse como aperfeiçoamento de virtudes, dado que o homem possui exigências sociais. Retorna-se, então, ao próprio preceito liberal de meritocracia.

A educação para o trabalho, em virtude de o Estado estar sob a tutela do mercado e do capital, era a grande preocupação dessa década.

O jornal, em relação à educação, colocava-se ora contrário ao Estado, dado que seus ideais baseavam-se nos ditames hegelianos e nesta década o capitalismo estava consolidado, e conseqüentemente os ideais liberais, ora também tratava de assuntos que evidenciavam a ideologia pregada pelo Estado, demonstrando a influência desta, tendo em vista a frequência em que os artigos eram debatidos sobre a educação profissionalizante, tema que mais era dado ênfase na época.

Vivemos uma época em que se pretende construir tudo pela metade, ou do meio para o fim. Fala-se em reforma urgente do ensino médio e na difusão do superior, semeando-se faculdades, deixando-se ao abandono, o curso básico, sem o qual nada será possível fazer. O ensino primário, sobre o qual se erigirá o edifício da instrução, é ainda e infelizmente, uma verdadeira calamidade. Fazemos campanhas de alfabetização de adultos e deixamos as crianças se criarem sem escolas, para que novos adultos analfabetos continuem a existir, justificando assim, uma campanha sem resultados práticos. (Tribuna dos Municípios, 23-03-1957)

No entanto, através desse artigo do jornal, pode-se observar a situação do ensino primário no interior, em uma época na qual a ênfase era para o ensino profissionalizante.

[...] NO BRASIL EXISTEM MAIS DE QUATRO MILHÕES DE CRIANÇAS SEM ESCOLAS. Não se pode começar a construção de um edifício pelo sobrado. Vamos cuidar, portanto, de regularizar, antes de tudo, o ensino primário, dando melhor estrutura, subordinando-o ao Ministério da Educação, formando com carinho e patriotismo os seus professores com obrigatoriedade de estágio nas escolas longínquas, dando-lhes um critério de remoção por merecimento comprovado em concursos.

(Tribuna dos Municípios, 23-03-1957, com grifos do original).

Mesmo havendo uma ampliação da rede escolar, o país manteve a metade de sua população sem domínio dos conhecimentos básicos da leitura e da escrita, demonstrando, assim, a utilização do ensino apenas à elite, dado a falta de continuidade pela maioria da população nos seus estudos.

Num país que continuava com um índice elevado de analfabetos, principalmente devido ao grande contingente de êxodo rural, era evidente a dissimulação da ideologia dominante e a reprodução das relações de produção, com o descaso e ações ineficazes para sanar este problema.

[...] A sociedade brasileira, nos últimos 20 anos, trocou uma base econômica agrícola pela indústria. As exigências de melhor preparo de mão de obra acentuam-se. Quando a simples alfabetização já não basta, não conseguimos sequer oferecê-la a mais de 25 milhões de brasileiros! Ora, na sociedade industrial a cultura letrada não é apenas condição de ajustamento social, mas também de sobrevivência individual. (RIBEIRO, 1981, p. 146)

O jornal retrata tal fato quando diz que o “[...] *analfabetismo no Brasil ainda é uma realidade angustiante, a-pesar-de tôda a propaganda de alfabetização.*” (Tribuna dos Municípios, 13-06-1954)

Desde a Primeira República, na qual o analfabetismo era “[...] a marca da inaptidão para o Progresso. Era ele a causa da existência das populações que ‘mourejavam no Estado’ [...].” (CARVALHO, 1989, p.40), foram feitas campanhas para sanar esse problema e, na década de 50, não foi diferente, como se observa nesse anúncio do jornal:

Antes de ensinar a um analfabeto as letras primárias, você deverá alertá-lo, fraternalmente, sobre os males da ignorância. Procedendo de tal sorte, colaborará coma Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. (Tribuna dos Municípios - 08-10-1959)

Entretanto, as ações do Estado, nesse sentido, não foram realizadas de forma agressiva e constante para que fosse resolvido. (RIBEIRO, 1981, p. 128)

Mesmo sendo condição básica à integração melhor no mercado de trabalho, para a alfabetização não eram reservadas ações efetivas o que demonstra privilégio à determinada classe e a permanência das condições para a exploração e para desigualdade econômica, ao invés de diminuí-la. “A ignorância é a mãe da indústria, bem como da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de mexer o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra.” (MARX, 1979, p. 200)

Por outro lado, o periódico retoma o assunto em relação ao analfabetismo, ao colocar-se contra o voto do analfabeto.

É assim que se pretende estimular a instrução no Brasil - De loucura em loucura, vai sendo destruída a Nação. Os jornais falam do propósito de deputado Armando Falcão que pretende conseguir uma reforma constitucional no sentido de ampliar o direito de voto entendendo-o aos analfabetos. (Tribuna dos Municípios, 13-09-1957)

Pela forma como o jornal justifica a sua posição, pode-se ter um parâmetro da situação da educação brasileira e a incoerência das ações do governo que direcionavam suas propostas ao nível secundário, enquanto o nível primário, a base para todas as modalidades, era defasado.

É mais uma loucura entre as muitas que vêm transformando este país numa casa de doidos. Não basta o baixo nível de instrução que nos desgraça e degrada; a quantidade de ginasianos que não sabem redigir um bilhete; [...]. Não basta sabermos que nosso país é um dos que apresenta mais baixo índice no tocante à leitura[...] Não; tudo isso é pouco e os Sr. Armando Falcão quer proclamar constitucionalmente: “Brasileiros, não sejam tolos ; nada de queimar as pestanas; em nada se deve distinguir o alfabetizado do analfabeto; todos são iguais e com os mesmos direitos”. Se porventura o senhor Falcão conseguisse o que almeja, então para complementar a sua genial providência, teríamos de fechar todas as escolas de alfabetização de adultos, pois entre os motivos que a êstes sugerem a necessidade de aprender a ler está a de se poderem qualificar

como eleitores. (Tribuna dos Municípios, 13-09-1957)

Demonstrando com evidência o conservadorismo do seu posicionamento, relaciona o ato de ler e escrever e a influência destes na qualificação de bons eleitores. Sem um maior aprofundamento, o jornal não analisa a ideologia implícita do Estado burguês nesse tema, ideologia esta apoiada no sufrágio universal, enfim, no direito ao voto, criando condições necessárias à reprodução das relações de produção capitalista.

[...] a classe possuidora domina diretamente através do sufrágio universal. Enquanto a classe oprimida, portanto, em nosso caso, o proletariado, ainda não estiver madura para a sua autoliberação, ela há de reconhecer, em sua maioria, a ordenação existente como a única possível e ser, politicamente, a cauda da classe dos capitalistas, a sua ala de extrema-esquerda. (MARX In. FERNANDES, 1989, p. 232)

Todavia, esta crítica à forma liberal democrática estende-se apenas à antipatia ao partido comunista que inclui nas suas propostas o voto do analfabeto. Não há uma análise sobre as conseqüências do analfabetismo e da falta de ações efetivas para a escolarização da maioria da sociedade, bem como a elitização do ensino.

Cumprir acentuar – e isto é o mais importante – que o Partido Comunista inclui no seu programa o voto aos analfabetos. Baste esse fato para se prever todo o alcance da medida tão estapafúrdia. Os comunistas, que querem anarquizar o nosso país para mais facilmente o levarem aos céus de que locupletará a Rússia Soviética, sabem perfeitamente a razão pela qual lhes é conveniente o voto aos analfabetos. (Tribuna dos Municípios, 13-09-1957)

Observa-se, nesta década, a partir da análise do jornal, a defasagem entre a realidade educacional e o desenvolvimento almejado, ou seja, na distância entre as realidades das escolas e os moldes a serem seguidos, principalmente nas zonas onde a produção capitalista não era tão efetiva em relação aos grandes centros urbanos e industriais. Nesse sentido, a educação relegada ao interior do Brasil e regiões como o Nordeste seguiam uma estrutura e currículo escolar

incoerentes à sua realidade. A preocupação com a modernização evidencia esta incoerência, principalmente com relação ao ensino no interior do país, o qual tinha a sua base na agricultura e não na indústria.

É impressionante cada vez mais o problema da educação e da cultura em nosso país. Escolas existem em abundância. Quem se dê ao trabalho de lecionar, também existe. Programas, métodos, novidades em pedagogia surgem a cada passo. Técnicos de educação há em quantidade apreciável. E o problema vai se agravando cada vez mais. Por que será? Alguma coisa deve estar errado. Isso, entretanto, não é novidade nesta terra, onde pouca coisa anda de acôrdo. O mal está na intervenção da política partidária, na ambição eleitoral, de quem deveria ver, antes e acima de tudo, o interesse da Pátria, com a ambição sublime, de elevar de fato o nível cultural do povo. (Tribuna dos Municípios, 27-06-1954)

Esse texto do jornal pontua a forma incoerente como estavam sendo feitas as reformas e ao mesmo tempo, a falta de conhecimento dos educadores à frente dessas reformas. Também é retomado o mesmo tema, ao dizer que

A desorganização de programas e a falta de conexão de um curso para o outro é um fato alarmante. [...] Onde andavam os “técnicos” de educação, com a cabeça quando elaboraram tais programas? E as reformas que reformam as “reformas”, cada vez piorando mais. (Tribuna dos Municípios, 10-03-1956)

Em seguida, o texto continua a relatar tal fato, quando novamente diz que:

Em qualquer parte onde encontramos pessoas sensatas discutindo problemas que nos afligem, ouvimos a mesma afirmativa. – Como está, não pode continuar... Assim como vai, não tem mais jeito... E concluímos que de-fato, está na hora de mudar. O povo sabe a força que tem nas mãos e vai dizer um BASTA na palhaçada que existe em diversos setores da vida nacional. Nada vai bem neste país, não ser o esbanjamento em orgias oficiais, com bailes de gala, banquetes custosos com casa-

ca e tudo, automóveis de chapa branca, a confusão dos ministérios, das secretarias de estado, transformados em “iscas” partidárias, com demagogias de verbas orçamentárias, a perda de tempo administradores em confabulações político-partidárias em detrimento da administração e, sobre tudo isso, o sorriso clássico, fotogênico para propaganda impressa. O ensino está anarquizado e a culpa não é dos heróicos professores, nem da maioria dos diretores idealistas. São as reformas anuais, feitas a joelho, por quem nunca talvez tenha exercido o magistério secundário. As finanças são estudadas por técnicos improvisados e que desconhecem a realidade nacional. Pensam que o Brasil é o Rio-de-Janeiro e chegam ao absurdo de afirmar que o aumento do petróleo não elevará o custo de vida [...]. (Tribuna dos Municípios, 26-03-1955)

Entretanto, as reformas, desta época, só mantiveram, sob a égide da modernidade, a conservação da dominação.

Sendo assim, aos professores, os que realmente executariam as reformas e, ao mesmo tempo, sofreriam as suas conseqüências, diante da sua precária formação, restavam aceitar o que lhe era imposto pelos técnicos de educação.

O mal está na pressa com que se fazem programas de ensino, nas transformações de métodos na improvisação do professor, na improvisação de técnicos, que se formam em cursos intensivos, de poucos dias. A improvisação é o maior mal. A intervenção política é quase sempre a culpada pela improvisação, trocando-se muitas vezes capacidades por afilhadismos. É tempo já de se dar independência à educação e à cultura, nomeando-se para o Ministério e para as secretarias, professores renomados, que tenham vindo, desde o curso primário, fazendo a sua carreira de estudos, de sacrifícios, de experiências no trato diário das aulas. E nas reformas do ensino, deve-se procurar o conjunto e não fazê-las precipitadamente, sem conexão. (Tribuna os Municípios, 27-06-1954)

O que se observa diante dessa alienação do professor, e mesmo diante da improvisação sinalizada pelo

jornal, é a ideologia do Estado burguês, dado que a educação é um de seus aparelhos ideológicos e os professores os perpetuadores da hegemonia.

[...] muitos (professores) não têm nem um princípio de suspeita do “trabalho” que o sistema (que o ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, ou, que é pior, põem todo seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os famosos métodos novos). Eles questionam tão pouco que contribuem, pelo seu devotamento mesmo, para manter e alimentar esta representação ideológica da escola, que faz da Escola hoje algo tão “natural” e indispensável, e benfazeja a nossos contemporâneos como a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás. (ALTHUSSER, 1985, p. 81)

Esta alienação, um poder estranho que se opõe, possibilita o controle e a continuidade da desigualdade social. Os professores, sem mesmo perceber tal alienação, colocam-se a serviço dos interesses da classe dominante e auxiliam na sua manutenção.

Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de actividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meio de subsistência. (MARX, 1979, p. 41)

Alienação esta, que se estendia a toda sociedade e que impossibilitava uma reflexão mais efetiva sobre os problemas educacionais, colocando como causa fatos fora do contexto, generalizados e impregnados da ideologia dominante, como se observa no artigo do periódico.

Todos concordam perfeitamente na decadência formidável do ensino no Brasil. A causa não está apenas nos programas desajustados e mal feitos, que mais parecem destinados à anarquia geral; não está somente na má formação dos professores de curso primário, onde as escolas normais, de um modo geral, perderam aquêle ideal tão necessário a um curso de tamanha responsabilidade; não está

na nomeação de alunas para regente de ensino, sem ainda o preparo para tão alta missão; não é responsável só a malfadada política partidária que se intromete onde não lhe diz respeito; [...] A causa do descalabro está também, na péssima alimentação das criancinhas pobres. É de cortar o coração. É extremamente doloroso pensar nisso tudo, mas é a verdade clara. Grandes capacidades, inteligências raras são perdidas dessa maneira. (Tribuna dos Municípios, 16-03-1957)

O jornal aponta, nesse texto, os problemas dentro da educação como, por exemplo, professores mal formados, incoerência no ensino e a influência partidária, porém não faz uma abordagem que efetivamente demonstre a ideologia do Estado a serviço da classe dominante, a partir do seu aparato, a educação. Cabe lembrar que esse periódico também se mantinha com a regularização do Estado, portanto não lhe era válido demonstrar abertamente as contradições que se colocavam na sociedade, entre elas apenas a preparação às elites.

A educação, como aparelho ideológico, era pensada tendo em vista a economia da época e, enquanto, nesta, os debates giravam em torno do capital estrangeiro e o posicionamento do Estado, simultaneamente, na educação, as discussões giravam em torno da questão do posicionamento do Estado em relação ao ensino público e ao ensino privado, principalmente no que dizia respeito aos financiamentos direcionados à educação. Os reflexos da economia e a influência do capitalismo e das idéias liberais estavam permeando os conflitos educacionais.

Esses debates foram intensificados com a elaboração de um anteprojeto, no qual constaria as diretrizes e bases da educação nacional, conforme a determinação da Constituição de 1946. A Constituição estabelecia ao Governo Federal, no artigo 150, “[...] fixar um plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país”. (RIBEIRO, 1982, p. 107), plano este que só seria aprovado em 1961.

Nessas discussões, voltaria à tona a questão ideológica, já anteriormente iniciada, em 1920, sobre a relação entre a Igreja e o Estado diante da educação, isto é, diante do destino da escola pública que havia

crescido nos anos 40 e 50.

A velha questão da laicidade do ensino apresentava-se com outras vestes. (ROMANELLI, 2005, p. 177) Para tanto, a discussão sobre a lei geral da educação daria margem a um conflito entre defensores da escola pública e defensores do ensino privado, assim, os conservadores católicos voltariam a reivindicar seus interesses.

Os defensores das escolas particulares defendem a idéia de que o Estado, ao invés de criar escolas, deveria financiar as particulares para que estas se tornassem gratuitas e os pais tivessem direito à escolha da escola. [...]. A isso os defensores da escola pública respondem afirmando que o real problema dos pais brasileiros é arranjar escola para seus filhos e não escolher entre as que existem. As famílias que têm a preocupação de que seus filhos estudem em tal ou qual escola são uma minoria e socialmente bem colocados, podendo pagar por tal privilégio. (RIBEIRO, 1982, p. 152)

Mesmo com as divergências ideológicas e versões diferentes, principalmente em relação ao posicionamento do Estado, o objetivo comum dos dois grupos era de manter os ideais liberais do capitalismo, tendo em vista que o Estado “[...] é uma instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”. (BOTTMORE, 2001, p. 133)

Sendo assim, a escola pública, atrelada aos interesses do Estado e aos ditames do mercado, mais precisamente à educação estatal, também está vinculada aos interesses privados, na medida em que o Estado se associa às classes dominantes, exercendo uma função importante como regulador da luta de classes e da ordem social. (SANFELICE, 2005, p. 181)

Nessa perspectiva, a educação estatal tem como objetivo a garantia de certas condições para que os trabalhadores possam vender sua força de trabalho, longe de ser uma educação pública, como sendo aquela que é “[...] relativa, pertencente ou disseminada ao povo, à coletividade: opinião pública; bem-estar público, movimento público”. (FERREIRA, 1999, p. 1414)

Este conflito ampliou-se para toda a sociedade e, assim, vários partidos ideológicos se envolveram tomando posições divergentes. O jornal, em relação a

esse tema, coloca-se, mesmo de forma sutil, como defensor do ensino privado quando diz que sente falta das “[...] célebres escolas particulares, onde os pais mandavam com gosto os filhos e que aprendiam de fato” (Tribuna dos Municípios, 23-03-1957). Muitas destas escolas estavam sob a tutela da Igreja, o que evidencia a ideologia idealista expressa pelo periódico.

É precisamente esta contradição (entre o interesse do indivíduo e o interesse coletivo) que faz que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória, mas sobre a base concreta dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como: laços de sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses; e entre esses interesses ressaltam particularmente os interesses das classes já condicionadas pela divisão de trabalho que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes, daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes em si. (MARX, 1979, p. 39)

O jornal também comprova sua posição a favor dos defensores da escola privada, ao criticar os defensores da escola pública, “*Os chamados grandes pedagogos brasileiros, através do INEP, anarquizarão com o ensino em nossa Pátria. A sua inspiração é de Dewey [...].*” (Tribuna dos Municípios, 01-08-1958), responsabilizando-os, em parte, pelo comportamento da juventude que estava sob a influência pragmatismo americano.

Mais adiante, o artigo continua a mostrar a sua ligação com a ideologia da Igreja, ao dizer que a solução para a anarquia em que se encontrava a educação “*está no retorno do homem a Cristo.*” (Tribuna dos Municípios, 01-08-1958) Crítica a educação moderna, defendida pelos Pioneiros da Escola Nova, quando diz que:

Há quem admire muito a falta absoluta de edu-

cação da infância e juventude de hoje e chame de educação moderna. Mas como? Educar é selecionar, é orientar, é aperfeiçoar integralmente as novas gerações é transmitir a polidez, a cortesia, a civilidade e nunca foi nem será, a volta ao tempo da caverna, a extinção das boas qualidades[...]. Crianças, jovens, não deixem que a chamada educação moderna tome conta de vocês [...].(Tribuna dos Municípios, 18-06-1959)

Independente de qual discurso ideológico, os grupos disseminavam implicitamente, pelas vias da educação, a perpetuação do poder e dos interesses de classe. As ideologias que se confrontavam, conservadores e progressistas, apesar de em seus discursos deixarem claro seu posicionamento em relação ao ensino no que diz respeito à democratização, bem como os interesses comerciais que estavam em jogo, tinham em comum a

[...] incompreensão e o temor da Democracia.. Ambas não encaravam como “valor” nem a ordem social democrática, nem os seus requisitos dinâmicos, entre os quais sobreleva a educação popular. Para ambas, a desigualdade econômica, política e social é uma condição natural, que não precisa ser combatida e muito menos compensada pela distribuição equitativa da instrução. Elas não vêem no “estado democrático” senão uma fachada, conveniente para arranjos que removem antigos privilégios ou fomentam outros novos, porventura ainda mais desumanos. (ROMANELLI, 2005, p. 190)

Mesmo com os grandes debates, que movimentaram o contexto educacional e possibilitaram a oportunidade de repensar as diretrizes para o ensino nacional, os interesses de classes, muitas vezes implícitos, estavam presentes nos grupos que discutiam os rumos da educação, que sobre o prisma de suas concepções, planejavam e idealizavam a educação sem verificar a realidade brasileira.

[...] a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente das suas condições reais. Os indivíduos particulares devem ser libertos das suas múltiplas limitações nacionais e locais, e en-

trar em relações práticas com a produção do mundo inteiro (incluindo a produção intelectual) e estar em condições de gozar da produção universal do mundo inteiro (criação dos homens). (MARX, 1978, p. 179)

Peculiar do liberalismo, a educação continuaria elitista, “[...] é preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo; por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. (MARX, 1979, p. 224).

Como toda a imprensa, esse jornal local, mesmo de forma sutil, seguia a ideologia do Estado, toda via a análise de suas notícias nos dá a possibilidade de visualizar as questões educacionais, as transformações, os impasses da sociedade brasileira em suas demais realidades, enfim, compreender a educação não apenas nos ambientes no qual esta era determinada e pensada, mas também nos vários locais onde era debatida e interpretada, enfim, na sua totalidade.

Considerações finais

A partir das críticas do periódico, como também as suas concordâncias e até mesmo as suas lacunas, foi possível observar as propostas educacionais da época, que eram baseadas na industrialização.

O jornal contribuiu para uma análise mais atenta das contradições da sociedade e como a educação foi um instrumento utilizado para reforçar e ocultar essas contradições.

Muito se tem escrito sobre a educação e seu movimento mais amplo, suas leis e determinações, entretanto, como esta era compreendida e vivenciada nos mais diferentes espaços, principalmente no interior do Brasil, ainda se faz necessário, e a análise da imprensa, sem grandes proporções, pode auxiliar neste sentido.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, LOUIS. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARVALHO, Marta M.C. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **K. Marx ; F. Engels**. 3. edição. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXXI volume. Rio de Janeiro: 1959.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do Ensino**. Lisboa: Moraes Editores, 1978.
- _____. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Editora Presença, 1979.
- MELLO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: vozes, 1985.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1982.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- SANFELICE, José Luís. **A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil**. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (orgs). *O Público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; UNISAL, 2005 (Coleção Memória da educação)
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- FONTES PRIMÁRIAS:
Tribuna dos Municípios. 1954-1959. Casa da Cultura Irati - PR